

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	14
----------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	48
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	52
--	----

Motivos de Reapresentação	53
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	203.000
Preferenciais	0
Total	203.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	588.511	500.329	471.223
1.01	Ativo Circulante	37.713	27.838	82.697
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	22.574	14.194	68.057
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.731	2.199	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.731	2.199	0
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	2.731	2.199	0
1.01.03	Contas a Receber	10.605	10.400	12.800
1.01.03.01	Clientes	10.605	10.400	12.800
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	203	513
1.01.07	Despesas Antecipadas	904	736	1.071
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	899	106	256
1.01.08.03	Outros	899	106	256
1.01.08.03.01	Outros Créditos	899	106	256
1.02	Ativo Não Circulante	550.798	472.491	388.526
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.173	19.185	14.043
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	8.834	6.643	0
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	8.834	6.643	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.809	12.105	13.773
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.809	12.105	13.773
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	530	437	270
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	530	437	270
1.02.03	Imobilizado	19.303	24.787	31.230
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	19.303	24.787	31.230
1.02.04	Intangível	516.322	428.519	343.253
1.02.04.01	Intangíveis	516.322	428.519	343.253

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	588.511	500.329	471.223
2.01	Passivo Circulante	76.800	86.865	336.617
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.151	4.378	4.028
2.01.02	Fornecedores	10.395	9.333	9.830
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.239	2.378	2.698
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.239	2.378	2.698
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.239	2.378	2.698
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	40.356	65.170	315.740
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	15.509	65.170	315.740
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	15.509	65.170	315.740
2.01.04.02	Debêntures	24.847	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	18.366	4.936	4.115
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.676	3.195	3.633
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	5.687	490	1.783
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.989	2.705	1.850
2.01.05.02	Outros	6.690	1.741	482
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	5.134	0	0
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	518	496	453
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	1.038	1.245	29
2.01.06	Provisões	293	670	206
2.01.06.02	Outras Provisões	293	670	206
2.01.06.02.04	Provisão para imposto de renda e contribuição social	293	670	206
2.02	Passivo Não Circulante	291.657	259.587	8.578
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	269.787	241.801	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	269.787	241.801	0
2.02.02	Outras Obrigações	5.945	5.528	4.382
2.02.02.02	Outros	5.945	5.528	4.382
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	5.945	5.528	4.382
2.02.04	Provisões	15.925	12.258	4.196

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.04.02	Outras Provisões	15.925	12.258	4.196
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	15.161	11.863	4.115
2.02.04.02.05	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	764	395	81
2.03	Patrimônio Líquido	220.054	153.877	126.028
2.03.01	Capital Social Realizado	203.000	160.000	150.000
2.03.02	Reservas de Capital	571	527	444
2.03.02.07	Plano de opção com base em ações	571	527	444
2.03.04	Reservas de Lucros	16.483	0	0
2.03.04.01	Reserva Legal	1.081	0	0
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	15.402	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-6.650	-24.416

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	277.937	258.425	272.062
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-203.898	-200.166	-208.165
3.03	Resultado Bruto	74.039	58.259	63.897
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.212	-8.161	-11.103
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.211	-8.158	-11.103
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	-3	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	65.827	50.098	52.794
3.06	Resultado Financeiro	-23.128	-23.145	-46.443
3.06.01	Receitas Financeiras	14.108	8.823	15.716
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.236	-31.968	-62.159
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	42.699	26.953	6.351
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.432	-9.187	-2.209
3.08.01	Corrente	-8.136	-7.519	-2.253
3.08.02	Diferido	-6.296	-1.668	44
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.267	17.766	4.142
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	28.267	17.766	4.142
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,15232	0,11104	0,02761

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	28.267	17.766	4.142
4.03	Resultado Abrangente do Período	28.267	17.766	4.142

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	89.822	61.388	78.621
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	96.943	78.563	84.140
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido	28.267	17.766	4.142
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	22.744	15.813	17.781
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado	219	120	222
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação cambil sobre financiamentos e empréstimos	34.094	25.112	51.598
6.01.01.05	Constituição de provisão para manutenção	1.652	6.590	2.322
6.01.01.06	Tributos diferidos	6.296	1.668	-44
6.01.01.07	Plano de opção com base em ações	44	83	164
6.01.01.08	Atualização monetária provisão para manutenção	1.646	1.158	235
6.01.01.09	Constituição de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	298	292	135
6.01.01.10	Atualização monetária provisão para perdas cíveis e trabalhistas	75	128	6
6.01.01.11	Levantamento de depósitos judiciais	111	31	57
6.01.01.12	Atualização monetária depósitos judiciais	-23	-46	-23
6.01.01.13	Obrigações com Poder Concedente	6.123	5.766	5.292
6.01.01.14	Provisão para imposto de renda e contribuição social	8.136	7.519	2.253
6.01.01.15	Juros capitalizados	-11.762	-3.386	0
6.01.01.16	Receita de títulos e valores mobiliários	-977	-51	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.121	-17.175	-5.519
6.01.02.01	Clientes	-205	2.400	-4.699
6.01.02.02	Tributos a recuperar	203	310	-14
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-168	335	792
6.01.02.04	Outros créditos	-793	150	-19
6.01.02.05	Pagamentos dos depósitos judiciais	-181	-152	-282
6.01.02.06	Fornecedores	1.062	-497	3.319
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-227	350	354
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	861	-320	479
6.01.02.09	Partes relacionadas	8.481	-438	1.662
6.01.02.10	Outras contas a pagar	210	2.362	254

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.02.11	Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	-4	-106	-60
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social	-8.513	-7.055	-2.047
6.01.02.13	Títulos e valores mobiliários	-1.746	-8.791	0
6.01.02.14	Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-6.101	-5.723	-5.258
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-93.520	-91.370	-121.408
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-1.071	-376	-16.710
6.02.02	Aquisição de intangível	-92.449	-90.994	-104.698
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	12.078	-23.881	70.543
6.03.01	Aumento de capital	43.000	10.000	0
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	64.409	252.096	90.996
6.03.04	Juros pagos	-27.737	-27.210	-20.453
6.03.05	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-67.594	-258.767	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.380	-53.863	27.756
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.194	68.057	40.301
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	22.574	14.194	68.057

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	160.000	527	0	-6.650	0	153.877
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	160.000	527	0	-6.650	0	153.877
5.04	Transações de Capital com os Sócios	43.000	44	0	-5.134	0	37.910
5.04.01	Aumentos de Capital	43.000	0	0	0	0	43.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	44	0	0	0	44
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-5.134	0	-5.134
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.267	0	28.267
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.267	0	28.267
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	16.483	-16.483	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.081	-1.081	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de dividendos	0	0	15.402	-15.402	0	0
5.07	Saldos Finais	203.000	571	16.483	0	0	220.054

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	150.000	444	0	-24.416	0	126.028
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.000	444	0	-24.416	0	126.028
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.000	83	0	0	0	10.083
5.04.01	Aumentos de Capital	10.000	0	0	0	0	10.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	83	0	0	0	83
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.766	0	17.766
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.766	0	17.766
5.07	Saldos Finais	160.000	527	0	-6.650	0	153.877

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	150.000	280	0	-28.558	0	121.722
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.000	280	0	-28.558	0	121.722
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	164	0	0	0	164
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	164	0	0	0	164
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.142	0	4.142
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.142	0	4.142
5.07	Saldos Finais	150.000	444	0	-24.416	0	126.028

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	296.232	273.839	287.903
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	199.122	179.808	182.936
7.01.02	Outras Receitas	3.622	3.462	6.116
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	93.488	90.569	98.851
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-163.791	-164.250	-172.091
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-159.378	-160.366	-165.127
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.412	-3.881	-6.964
7.02.04	Outros	-1	-3	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	132.441	109.589	115.812
7.04	Retenções	-22.744	-15.813	-17.781
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.744	-15.813	-17.781
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	109.697	93.776	98.031
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.108	8.823	15.716
7.06.02	Receitas Financeiras	14.108	8.823	15.716
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	123.805	102.599	113.747
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	123.805	102.599	113.747
7.08.01	Pessoal	23.507	24.927	24.965
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.690	18.955	19.754
7.08.01.02	Benefícios	4.715	4.843	4.258
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.102	1.129	953
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	31.628	24.601	18.050
7.08.02.01	Federais	21.832	15.876	9.110
7.08.02.03	Municipais	9.796	8.725	8.940
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.403	35.305	66.590
7.08.03.01	Juros	27.799	28.117	61.255
7.08.03.02	Aluguéis	3.167	3.337	4.431
7.08.03.03	Outras	9.437	3.851	904
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.267	17.766	4.142
7.08.04.02	Dividendos	5.134	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	23.133	17.766	4.142

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas

A Administração da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos.

A rodovia leva a cinco importantes portos: de Vitória, de Tubarão e da Barra do Riacho no Espírito Santo, o do Açú (ainda em construção), no Rio de Janeiro e o de Ilhéus, na Bahia. A rodovia dá acesso ainda às principais praias capixabas, como as de Guarapari e Vila Velha, destino de milhões de turistas durante todo o ano.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 46.518 mil em 2017, crescimento de 0,7%, comparado ao exercício de 2016.

Em maio de 2017, foi aprovado reajuste de tarifa de pedágio de 10,8%, sendo 4,6% devido à aplicação do IPCA, 4,3% à reversão do Fator "D" e o restante referente ao reequilíbrio da Lei dos Caminhoneiros e revisões ordinárias e extraordinárias.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$296,2 milhões em 2017, crescimento de 8,2% devido, principalmente, ao reajuste contratual da tarifa e melhora do volume de tráfego. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$18,3 milhões.

Receita de Pedágio – crescimento de 10,7%, comparado com 2016, decorrente do reajuste contratual nas tarifas de pedágio e melhora no tráfego.

Receita Acessória – atingiu R\$3,6 milhões, referente ao monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – crescimento de 3,2%, devido ao maior nível de obras contratuais no exercício.

Relatório da Administração

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$277,9 milhões em 2017, excluindo a receita de construção, a receita líquida Pró-forma foi de R\$184,4 milhões, crescimento de 9,9% em relação a 2016.

Para mais informações sobre a Receita, vide Nota Explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram aumento de 1,8% totalizaram R\$212,1 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$94,2 milhões, redução de 1,2%. As variações observadas foram:

Pessoal: R\$23,5 milhões em 2017, redução de 5,7% quando comparado com 2016, devido a otimização da estrutura administrativa.

Conservação e Manutenção: R\$13,0 milhões em 2017, 14,2% inferior a 2016, devido à redução nas despesas com conservação e revestimento vegetal.

Serviços de terceiros: R\$37,9 milhões em 2017, 4,1% superior a 2016, principalmente, devido a serviços de consultoria e assessoria jurídica.

Poder Concedente, Seguros e Locações: R\$11,8 milhões em 2017, 6,9% superior, devido ao incremento da outorga variável em função do aumento da receita de pedágio.

Outros: R\$8,0 milhões em 2017, 6,9% superior a 2016, devido a constituição de provisão para contingências cíveis e materiais elétricos.

Depreciação e Amortização: R\$22,7 milhões em 2017, 43,8% superior a 2016, devido ao aumento na base de ativos e atualização da curva de tráfego para amortização de intangíveis;

Provisão para Manutenção: atingiu R\$1,7 milhão em 2017, devido a menor previsão futura para manutenção e renovação dos pavimentos, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis;

Custo de construção de obras: R\$93,5 milhões em 2017, crescimento de 3,2% comparado com 2016, devido ao maior nível de obras contratuais.

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide Nota Explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2017 foi de R\$88,6 milhões (margem EBITDA de 31,9%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$90,2 milhões, com crescimento de 24,4% e margem EBITDA de 48,9%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$23,1 milhões, mantendo-se estável quando comparado com o resultado de 2016.

Relatório da Administração

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido no exercício de 2017 atingiu R\$28,3 milhões, comparado a R\$17,8 milhões em 2016, um crescimento de 59,1% devido a melhora no resultado operacional.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A ECO101 encerrou dezembro de 2017 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários de R\$34,1 milhões. A dívida bruta (composto por financiamentos, empréstimos e debêntures) atingiu R\$310,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, sendo 87,0% com vencimentos no longo prazo. A dívida com o poder concedente era de R\$518,4 mil.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$276,5 milhões, com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 3,1x.

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas da Demonstração Financeira da Companhia.

CAPEX

Os investimentos realizados pela ECO101 totalizaram R\$105,3 milhões em 2017, com destaque para investimentos em elaborações de projetos e estudo de ampliações, pavimento, desapropriações e obras de ampliação.

Informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *“Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”*). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$128,8 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101" ou "Companhia") foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, cidade de Serra - ES.

Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para Administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18. As operações de cobrança de pedágio iniciaram em 18 de maio de 2014. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de fevereiro de 2018.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações imitados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("Moeda funcional").

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis e instrumentos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação:

1) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Notas Explicativas

ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois, o maior.

Notas Explicativas

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Até 31 de dezembro de 2017, não houve indenizações relevantes.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas Explicativas

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

Notas Explicativas

f) Normas, alterações e interpretações de normas

- (i) *As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:*

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	Até o momento, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS 15.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>)	As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou <i>joint venture</i> , são reconhecidos (as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos (as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou <i>joint venture</i> .	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2	O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um

Notas Explicativas

de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Interpretação IFRIC 23
Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

4. Principais uso de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Notas Explicativas

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- (a) Provisão para manutenção, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 11,02% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- (b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 18.

Notas Explicativas

5. Reclassificações efetuadas pela Administração da Companhia

A Administração da Companhia realizou a reclassificação de (R\$5.723) na Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 2016. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação da rubrica “Pagamento com Poder Concedente”.

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-	(5.723)	(5.723)
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(5.723)	5.723	-
	(5.723)	-	(5.723)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	3.628	4.197
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	7.833	9.172
Aplicações compromissadas (b)	11.012	730
Aplicações automáticas (c)	101	95
	22.574	14.194

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “Renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Públicos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 98,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (Em 31 de dezembro de 2016 era 100,7%).

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 80,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estar vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 2,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor.

Notas Explicativas

7. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fundo de Investimentos (a)	11.565	8.113
Conta corrente (b)	-	729
	11.565	8.842
Circulante	2.731	2.199
Não circulante	8.834	6.643

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 97,9% do CDI (97,8% em 31 de dezembro de 2016) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao processo de liquidação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.
- (b) Valores classificados como títulos e valores mobiliários – por estarem vinculados ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal. Em 31 de dezembro de 2017 não existem saldos nesta modalidade.

8. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico (a)	10.577	10.399
Receitas acessórias (b)	28	1
	10.605	10.400

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.

Não existem títulos vencidos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Notas Explicativas

9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	437	270
Adições	181	152
Baixas	(111)	(31)
Atualização monetária	23	46
Saldo no fim do exercício	<u>530</u>	<u>437</u>

Notas Explicativas

10. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

Taxas médias anuais de depreciação %	Custo					Depreciação					Residual	
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2017
19,9	28.102	867	-	104	29.073	(15.370)	(5.691)	-	(21.061)	8.012	12.732	12.732
5,6	9.916	118	-	-	10.034	(954)	(563)	-	(1.517)	8.517	8.962	8.962
10,0	1.923	86	-	-	2.009	(483)	(196)	-	(679)	1.330	1.440	1.440
-	968	-	-	-	968	-	-	-	-	968	968	968
18,2	1.147	-	-	-	1.147	(462)	(209)	-	(671)	476	685	685
	42.056	1.071	-	104	43.231	(17.269)	(6.659)	-	(23.928)	19.303	24.787	24.787

Taxas médias anuais de depreciação %	Custo					Depreciação					Residual	
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2016
20,2	27.937	168	-	(3)	28.102	(9.718)	(5.652)	-	(15.370)	12.732	18.219	18.219
5,6	9.837	77	-	2	9.916	(397)	(557)	-	(954)	8.962	9.440	9.440
11,0	2.147	130	-	(354)	1.923	(433)	(204)	154	(483)	1.440	1.714	1.714
-	968	-	-	-	968	-	-	-	-	968	968	968
17,9	1.146	1	-	-	1.147	(257)	(205)	-	(462)	685	889	889
	42.035	376	-	(355)	42.056	(10.805)	(6.618)	154	(17.269)	24.787	31.230	31.230

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos exercícios.

A administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil – econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil – econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

11. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2016	
(*)	368.184	8.302	-	21.190	397.676	(15.627)	-	(41.901)	355.775
-	85.659	95.451	(219)	(21.294)	159.597	-	-	-	159.597
20,1	2.046	458	-	-	2.504	(458)	-	(1.554)	950
	455.889	104.211	(219)	(104)	559.777	(16.085)	-	(43.455)	516.322
									428.519

Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	
(*)	359.846	8.338	-	-	368.184	(8.808)	-	(26.274)	341.910
-	43	85.736	(120)	-	85.659	-	-	-	85.659
20,4	1.385	306	-	355	2.046	(387)	(154)	(1.096)	950
	361.274	94.380	(120)	355	455.889	(9.195)	(154)	(27.370)	428.519
									343.253

Contrato de concessão Intangível em andamento (**)
Softwares de terceiros

Contrato de concessão Intangível em andamento
Softwares de terceiros

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2017 é de 3,97% (2,42% em 31 de dezembro de 2016).

(**) Os principais valores concentram-se nas obras de duplicação de segmentos e interseções, reparos localizados e micro revestimentos, desocupações de faixas de domínio, restauração do pavimento e sistemas de drenagem da BR 101.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram capitalizados R\$11.762 de encargos financeiros (R\$3.386 em 31 de dezembro de 2016). A taxa média de capitalização para o semestre findo em 31 de dezembro de 2017 foi de 39,21% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 12,13% a.a. findo em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

12. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017	31/12/2017
Prejuízo fiscal	8.886	-	(3.560)	5.326	(3.560)
Provisão para férias e encargos diretores	203	37	(21)	219	16
Juros capitalizados Lei 11.637	(1.151)	(3.999)	-	(5.150)	(3.999)
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	135	140	(15)	260	125
Provisão para manutenção	4.032	3.904	(2.782)	5.154	1.122
Imposto de renda e contribuição social diferido – ativo (i)	12.105	82	(6.378)	5.809	(6.296)
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido					

(i) em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$5.809 no ativo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

Notas Explicativas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	-	5.250
2018	2.946	5.048
2019	2.727	602
2020	45	602
2021	45	603
2022	46	-
	5.809	12.105

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

b) *Conciliação da (despesa) de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.699	26.953
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(14.518)	(9.164)
Despesas indedutíveis	(5)	(25)
Gratificações diretores	(78)	(153)
Incentivos fiscais - PAT	147	135
Outros	22	20
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.432)	(9.187)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(8.136)	(7.519)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(6.296)	(1.668)
Taxa efetiva	33,9%	34,1%

13. Empréstimos e financiamentos

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Finem	Julho de 2017	UMSELIC + 4,87% a.a.	-	55.402
Finem	Dezembro de 2028	TJLP + 3,84% a.a.	178.071	185.271
Finem	Junho de 2030	TJLP + 3,84% a.a.	67.761	66.020
Finem	Junho de 2032	TJLP + 4,87% a.a.	39.261	-
Financiamento – Banco Volkswagen	Dezembro de 2019	21,27% a.a.	203	278
			285.296	306.971
Circulante			15.509	65.170
Não circulante			269.787	241.801

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	-	12.605
2019	15.914	13.904
2020	17.309	15.099
2021	19.037	16.605
2022	20.974	18.287
Posteriores a 2022	196.553	165.301
	<u>269.787</u>	<u>241.801</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial do exercício	306.971	315.740
Adições	39.651	252.096
Encargos financeiros	32.758	25.112
Pagamento principal	(67.594)	(258.767)
Juros pagos	(26.490)	(27.210)
Saldo final do exercício	<u>285.296</u>	<u>306.971</u>

Os contratos não requerem a manutenção de nenhum índice financeiro.

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.473	12.776	150 parcelas
B1	66.237	66.237	-	150 parcelas
B2	52.483	28.514	-	150 parcelas
B3	117.799	11.137	-	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	<u>882.144</u>	<u>294.361</u>	<u>12.776</u>	

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
C	<u>50.878</u>	<u>50.878</u>	<u>50.878</u>	única
Total	<u>50.878</u>	<u>50.878</u>	<u>50.878</u>	

Notas Explicativas

14. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/12/2017
Principal corrigido	25.000
Custos com emissão de debêntures (*)	(153)
	24.847
Circulante	24.847

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2017
Saldo inicial do exercício	-
Adições	24.758
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 22)	1.336
Pagamento de juros	(1.247)
Saldo final do exercício	24.847

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1º emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,80% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último vencendo-se na mesma data da amortização do principal em 29 de dezembro de 2018.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Eco101	1º Emissão	29/06/2017	25.000	(133)	24.867	CDI + 1,80% a.a.	10,17%

15. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Notas Explicativas

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo	Passivo	Resultado	
		Intangível	Circulante	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	5.687	4.297	1.763
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	732	-	-	-
CBB Ind. E Com. Asfalto e Engenharia Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	3.414	-	-	-
Unimar Transportes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	402	5.603	-
Vix Logística S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	437	6.011	-
Incospal Construções Pré-Fabricadas Ltda (e)	Outras partes relacionadas	-	156	-	-
Engenharia e Constr. Araribóia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	7.103	1.628	-	-
Contek Engenharia S.A. (g)	Outras partes relacionadas	9.197	1.658	-	-
A. Madeira Ind.Com. Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	9.906	1.637	-	-
Empresa Concessionária Ecosul (i)	Outras partes relacionadas	-	71	-	-
Total em 31 de dezembro de 2017		30.352	11.676	15.911	1.763
Total em 31 de dezembro de 2016		23.862	3.195	16.607	1.895

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$6.770, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo de R\$5.687 tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias e avais.

(b) CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$55.382. O prazo para execução destes serviços foi maio de 2017. Em 31 de dezembro de 2017 não há saldos a pagar de serviços incorridos.

(c) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017, já haviam incorridos R\$21.856. Em 31 de dezembro de 2017, há um saldo em aberto a pagar de R\$402 com vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias e avais.

Notas Explicativas

- (d) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Vix e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017, já haviam incorridos R\$23.657, e há um saldo a pagar de R\$437 com vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias e avais.
- (e) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Incospal e a Eco101 é a prestação de serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$7.373. O prazo para execução desses serviços foi julho de 2016 e o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2017 refere-se a retenção de caução no valor de R\$156.
- (f) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 26% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços é 29 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862 (R\$49.364 participação da Araribóia). O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2017 de R\$1.628 tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (g) A Contek Engenharia S.A. participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 37% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços é 29 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862 (R\$70.249 participação da Contek). O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2017 R\$1.658 tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (h) A A. Madeira Ind e Com. Ltda, participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 37% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços é 29 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862 (R\$70.249 participação da A. Madeira). O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2017 R\$1.637 tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (i) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2017 em R\$1.360 (R\$1.108 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

A remuneração provisionada aos administradores nos exercícios está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remuneração (fixa/variável)	917	995
Previdência privada	33	24
Plano de opção com base em ações	43	83
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	55	54
Assistência médica	38	-
Seguro de vida	2	-
INSS (sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	200	-
Total	1.288	1.156

16. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 11,04% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2017</u>
Constituição da provisão para manutenção	19.204	2.503	-	-	21.707
Efeito do valor presente sobre a constituição	(8.734)	(851)	-	-	(9.585)
Ajuste a valor presente das realizações	1.393	-	-	1.646	3.039
	11.863	1.652	-	1.646	15.161
Não circulante	11.863				15.161

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2016</u>
Constituição da provisão para manutenção	9.198	10.006	-	-	19.204
Efeito do valor presente sobre a constituição	(5.318)	(3.416)	-	-	(8.734)
Ajuste a valor presente das realizações	235	-	-	1.158	1.393
	4.115	6.590	-	1.158	11.863
Não circulante	4.115				11.863

17. Provisão para perdas cíveis e trabalhistas

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Notas Explicativas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	382	13	395
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	206	92	298
(-) Pagamentos	-	(4)	(4)
(+) Atualização monetária	64	11	75
Saldos em 31 de dezembro de 2017	652	112	764

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	81	-	81
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	248	44	292
(-) Pagamentos	(69)	(37)	(106)
(+) Atualização monetária	122	6	128
Saldos em 31 de dezembro de 2016	382	13	395

a) *Processos cíveis*

A Companhia possui processos de natureza cível, que totalizam R\$82.280 em 31 de dezembro de 2017 (R\$44.056 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

b) *Processos trabalhistas*

Em 31 de dezembro de 2017, existem processos de natureza trabalhista que totalizam R\$7.822 (R\$11.384 em 31 de dezembro de 2016), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

18. Obrigações com poder concedente

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de fiscalização ANTT	518	496

O valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial do exercício	496	453
Custo (vide Nota Explicativa nº 21)	6.123	5.766
Pagamento	(6.101)	(5.723)
Saldo final do exercício	518	496

Notas Explicativas

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2017, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

Natureza dos custos:	Previsão de 2017 ao fim da concessão	
	31/12/2017	31/12/2016
Melhorias na infraestrutura	1.657.807	1.698.843
Conservação especial (manutenção)	562.604	546.496
Equipamentos	343.021	334.482
	2.563.432	2.579.821

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$203.000 e em 31 de dezembro de 2016 é de R\$160.000, representado por 203.000.100 e 203.000.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente.

Em 03 de março de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil reais), mediante a emissão, nesta data, de 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 10 de abril de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$13.500.000 (treze milhões e quinhentos mil reais) mediante a emissão, nesta data, de 13.500.000 (treze milhões e quinhentos mil) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Em 10 de julho de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. – “ECS” (controladora direta da Companhia) celebrou em 27 de dezembro de 2017 Contrato de Compra e Venda de Ações com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., Rio Novo Locações Ltda., A. Madeira Indústria e Comércio Ltda., Urbesa Administração e Participações Ltda., Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda., Contek Engenharia S.A. e MMF Empreendimentos e Participações Ltda., que compõem a Centaurus Participações S.A. (“Centaurus”) e com a Grant Concessões e Participações Ltda. (“Grant”) referentes a aquisição, pela ECS, de 42% do capital social da Eco101, atualmente detidos pela Grant e pelos acionistas da Centaurus. A ECS pagará por essa participação o valor de R\$46.650 em 60 parcelas, corrigidas a partir de agosto de 2017 pelo IPCA, com dois anos de carência a partir da data de assinatura do contrato.

Notas Explicativas

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 203.000.100 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo é de R\$1.081 (R\$0 em 31 de dezembro de 2016 em virtude dos prejuízos acumulados até aquela data).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram constituídos R\$5.134 à título de dividendos mínimos obrigatórios conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	28.267	17.766
Absorção do prejuízo acumulado	(6.650)	(17.766)
Lucro líquido ajustado	21.617	-
Reserva legal	(1.081)	-
Dividendo mínimo obrigatório	(5.134)	-
Dividendos adicionais proposto (*)	15.402	-

(*) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2017.

20. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento.

Notas Explicativas

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita com arrecadação de pedágio (a):		
Pedágio em numerário	90.706	82.961
Pedágio por equipamento eletrônico	97.375	85.959
Vale-pedágio	11.038	10.885
Outras	3	3
	199.122	179.808
Receita de construção (c)	93.488	90.569
Receitas acessórias (b)	3.622	3.462
Receita bruta	296.232	273.839
Deduções da receita bruta	(18.295)	(15.414)
Receita líquida	277.937	258.425

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	199.122	179.808
Receitas acessórias	3.622	3.462
	202.744	183.270
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	(6.083)	(5.498)
PIS (0,65%)	(1.318)	(1.191)
ISS (2% a 5%)	(9.796)	(8.725)
Abatimentos	(1.098)	-
	(18.295)	(15.414)

21. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal	23.507	24.927
Conservação e manutenção	13.040	15.194
Serviços de terceiros (*)	37.938	36.440
Seguros	2.485	2.235
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 18)	6.123	5.766
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 16)	1.652	6.590
Custos de construção de obras	93.488	90.569
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 10 e 11)	22.744	15.813
Locação de imóveis e máquinas	3.167	3.337
Outros custos e despesas operacionais	7.965	7.453
	212.109	208.324
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	203.898	200.166
Despesas gerais e administrativas	8.211	8.158
	212.109	208.324

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

Notas Explicativas

22. Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	2.303	5.715
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	3.005
Juros capitalizados	11.762	-
Atual. monetária créditos fiscais	27	92
Outras	16	11
	<u>14.108</u>	<u>8.823</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(26.552)	(28.117)
Juros sobre debêntures	(1.247)	-
Variação cambial/monetária sobre financiamentos e empréstimos	(6.206)	-
Amortização de custos com debêntures	(89)	-
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(1.646)	(1.158)
Atual. monetária obrigações fiscais	(75)	(128)
Outras	(1.421)	(2.565)
	<u>(37.236)</u>	<u>(31.968)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(23.128)</u>	<u>(23.145)</u>

23. Lucro por ação

a) Lucro básico por ação

O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	28.267	17.766
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	185.574	151.429
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,15</u>	<u>0,11</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida (i)	310.661	307.467
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(34.139)	(23.036)
Dívida líquida	276.522	284.431
Patrimônio líquido (ii)	220.054	153.877
Índice de endividamento líquido	1,26	1,85

(i) A dívida é definida pelos empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente circulante (Notas Explicativas nºs 13, 14 e 18).

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas, remunerados a taxa média ponderada de 91,7% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (99,5% em 31 de dezembro de 2016).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos e obrigações com o poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

	Classificação	Contábil	Mercado
Ativos			
Caixa e bancos (i)	Empréstimos e recebíveis	3.628	3.628
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (i)	Empréstimos e recebíveis	30.511	30.511
Clientes (ii)	Empréstimos e recebíveis	10.605	10.605
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Outros passivos financeiros	10.395	10.395
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	285.296	285.296
Debêntures	Outros passivos financeiros	24.847	24.847
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	518	518
Phantom Stock Option (iv)	Outros passivos financeiros	96	96

- (i) Os saldos de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (ii) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) Os empréstimos e financiamentos aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iv) O valor do Phantom Stock Option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Notas Explicativas

c) *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A fim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$9.049 (R\$8.878 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 3,84%a.a.	40.924	40.946	40.946	349.565
Debêntures	CDI + 1,8%a.a.	27.140	-	-	-
Leasing	21,27%a.a.	122	122	-	-

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Notas Explicativas

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I – provável	Cenário II – 25%	Cenário III – 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	901	675	450
BNDES (b)	Alta do TJLP	(26.410)	(33.013)	(39.616)
Debêntures (c)	Alta do CDI	(2.118)	(2.526)	(2.931)
Juros a incorrer, líquidos		(27.627)	(34.864)	(42.097)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	6,80%	5,10%	3,40%
TJLP (b)	7,00%	8,75%	10,50%
CDI (c)	6,80%	8,50%	10,20%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Serra - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 10 e 17.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Transações com partes relacionadas

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital social e transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na nota explicativa 14.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido a representatividade de transações com partes relacionadas, à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados aos estabelecidos pela Companhia, fora do período de competência, ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas registradas da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Paulo Roberto Hanke

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Paulo Roberto Hanke

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração da destinação de resultado do PL